

Produção acadêmica sobre crianças e adolescentes em acolhimento institucional: recomendações para o aprimoramento do serviço

Renata Mena Brasil do Couto
Irene Rizzini



O Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI) é um centro de estudos e de referência associado à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), dedicado ao desenvolvimento de pesquisas e projetos sociais voltados a crianças, adolescentes, jovens e seus elos familiares e comunitários. Tem como meta subsidiar políticas e práticas sociais para esta população, contribuindo para o seu desenvolvimento integral e para a promoção e defesa dos seus direitos.



Rio de Janeiro, novembro 2020.

Esta publicação faz parte do projeto “Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro”, sob a coordenação da professora Irene Rizzini, com apoio da FAPERJ (CNE, 2017-2020; Ref. n° E-26/202.812/2017). Esta iniciativa é possível graças ao suporte da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e da FAPERJ. Participaram da pesquisa Renata Mena Brasil do Couto (CIESPI/PUC-Rio) e as bolsistas de Iniciação Científica do Departamento de Serviço Social Mônica Regina de Almeida Figueiredo, Hanna Azevedo Coelho (PIBIC/PUC-Rio) e Letícia Cristina Ferreira da Silva (FAPERJ). Editores: Irene Rizzini, Maria Cristina Bó, Malcolm Bush. Design: Carolina Terra (CIESPI/PUC-Rio).

Produção acadêmica sobre crianças e adolescentes em acolhimento institucional:

recomendações para o aprimoramento do serviço

Renata Mena Brasil do Couto

Irene Rizzini

1ª edição (2020) - Rio de Janeiro - RJ

CIESPI

Produção acadêmica sobre crianças e adolescentes em acolhimento institucional: recomendações para o aprimoramento do serviço. 1ª ed. - Rio de Janeiro: CIESPI, 2020. 39 p. il. 20 cm .

ISBN: 978-65-87410-04-3

1. Crianças e adolescentes. 2. Acolhimento institucional. 3. recomendações
4. políticas públicas I. do Couto, Renata Mena Brasil. II. Rizzini, Irene. III. Título.

CDD 300

Sumário

Introdução.....	6
Produção acadêmica sobre acolhimento institucional: destaques e recomendações para o atendimento de crianças e adolescentes.....	7
Relações entre as famílias e o acolhimento institucional.....	9
Atuação profissional.....	11
Vivências e perfil de crianças e adolescentes acolhidos.....	12
Cotidiano das unidades de acolhimento.....	15
Violências.....	16
Saúde.....	18
Maternidade e sexualidade.....	19
Primeira infância acolhida.....	20
Desligamento e reinserção familiar e/ou comunitária.....	22
Medida de proteção.....	24
Considerações finais.....	26
Notas.....	29
Referências bibliográficas.....	30

Introdução



Neste ano de 2020, crianças e adolescentes vêm sofrendo, como todos nós, os profundos impactos da pandemia de COVID-19. Eles, em fase de intenso desenvolvimento, necessitam de cuidados especiais para que possam lidar com a nova realidade e com o distanciamento estabelecido na tentativa de conter o contágio da doença e evitar a sobrecarga dos serviços de saúde. Pesquisas, ainda preliminares, vêm apontando o agravamento de questões relacionadas ao estresse infantil; à violência doméstica e sexual; ao limitado acesso aos mecanismos de proteção social e canais de denúncia; à restrição dos serviços de saúde e à ausência da escola.

Aqueles que vivem em contextos de pobreza convivem ainda com insegurança alimentar; reduzido acesso a bens e serviços e precariedade das condições de infraestrutura de suas moradias. Para eles, mesmo seguir recomendações básicas de cuidados em saúde, como manter o distanciamento social e lavar as mãos, pode se revelar um grande desafio.

A pandemia evidenciou desigualdades com as quais convivemos historicamente e reafirmou a importância dos serviços públicos, sobretudo os de saúde, educação, assistência e habitação. Os problemas vividos nos contextos de vulnerabilidade, que agravam a disseminação da COVID-19 e as suas consequências, dificilmente serão resolvidos em meio a essa pandemia, uma vez que estão assentados em bases estruturais que só transformações sociais profundas poderão resolver. Todavia, precisamos nos preparar para mitigar seus efeitos e enfrentar estes desafios.

Por certo, a crise econômica e seu aprofundamento, derivado da atual crise sanitária, reforçam a necessidade de afirmarmos o papel fundamental do Estado e da sociedade no cuidado e proteção de crianças e adolescentes. Esta não é uma tarefa simples, sobretudo diante de um governo que tem como uma de suas principais estratégias o desmonte das políticas públicas e da participação social calcadas em princípios democráticos. Todavia, a implementação de programas e ações capazes de reverter os efeitos da pobreza, que já afeta mais de um quarto da população brasileira, é fundamental para prevenir o afastamento de pais e filhos. Embora a falta de recursos materiais tenha perdido força como justificativa para uma intervenção meramente institucionalizadora do Estado sobre as famílias¹, ela segue travestida nas categorias “negligência”, “em risco” e “vulneráveis”, por exemplo, quando analisamos as causas de aplicação daquela que segue sendo uma das principais medidas de proteção a crianças e adolescentes pobres, o acolhimento institucional.

Além dos riscos de uma possível ampliação do público atendido, dos cortes orçamentários e do sucateamento do sistema de garantia de direitos, é importante lembrar que as unidades de acolhimento já vinham enfrentando desafios mesmo antes da pandemia de COVID-19 ser declarada pela Organização Mundial de Saúde, em março de 2020. A precariedade de grande parte dos abrigos assim como os baixos salários e a alta rotatividade dos profissionais que ali atuam são exemplos de problemas que já vinham sendo amplamente evidenciados.

Atentas a essas questões e também aos impactos do cenário atual sobre crianças e adolescentes acolhidos, nosso objetivo, com essa publicação, é ampliar o alcance de reflexões e pesquisas sobre o acolhimento institucional, alinhadas a referenciais de direitos humanos. Esperamos, com isso, contribuir para o aprofundamento do debate sobre o tema e para o aprimoramento do serviço, que hoje atende cerca de 34 mil crianças e adolescentes (CNJ, 2020).

O caderno “Produção acadêmica sobre crianças e adolescentes em acolhimento institucional: recomendações para o aprimoramento do serviço” é o terceiro da série de pesquisas “Crianças e adolescentes em acolhimento institucional”² e produto do projeto “Entre a casa, as ruas e as instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro”, coordenado pela professora Irene Rizzini (FAPERJ/CNE, Cientista do Nosso Estado, 2017-2020; FAPERJ Ref. N° E-26/202.812/2017)³.

Produção acadêmica sobre acolhimento institucional: destaques e recomendações para o atendimento de crianças e adolescentes

Os debates, análises e recomendações que serão apresentados nesta publicação foram

construídos a partir de um amplo levantamento da produção acadêmica sobre crianças e adolescentes em acolhimento institucional⁴. Este levantamento inclui artigos, dissertações e teses publicados no Brasil entre 2000 e 2019.

Para sua realização, inicialmente, definimos um conjunto de descritores que inclui termos como acolhimento institucional, abrigo, institucionalização e recolhimento combinados com as palavras criança e adolescente. Essas palavras-chave foram pesquisadas nas bases de dados Scielo, Lilacs, Banco de Teses e Dissertações da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, Portal Domínio Público, WorldCat e Periódicos Capes. Depois de uma consulta inicial, os textos levantados foram filtrados, principalmente a partir da leitura de seus resumos, para que chegássemos a um total de 181 artigos e 317 dissertações e teses alinhados aos parâmetros estabelecidos no projeto. De modo geral, podemos afirmar que identificamos um grande volume de publicações relacionadas à questão do acolhimento institucional a partir do final dos anos 2000. A região sudeste se destaca no que tange ao número de publicações, seguida pela região sul. A maior parte dos textos levantados foi publicada em periódicos ou em cursos ligados às ciências humanas e sociais, sendo que as ciências da saúde e biológicas também merecem menção.

Ainda sobre o levantamento, devemos pontuar algumas questões. O grande volume de dissertações e teses encontradas e o fato de que a maior parte destas pesquisas acaba sendo publicada em revistas acadêmicas fizeram com que optássemos por basear nossas análises sobretudo nos artigos. O levantamento de produções acadêmicas também se limita ao que está disponível para consulta pública nas bases de dados bibliográficos. Nem todas as publicações são indexadas em portais como o Scielo e o Lilacs, que realizam uma seleção, com o propósito de assegurar a qualidade científica dos textos encontrados, mas excluem outras tantas publicações que poderiam oferecer contribuições importantes para o debate.

Para a realização da análise que ora apresentamos, após a triagem, os artigos, já catalogados em fichas, foram organizados por eixos temáticos. De cada um destes subtemas extraímos recomendações para o aprimoramento do serviço de acolhimento institucional. Essas recomendações são fruto de dezenas de pesquisas realizadas em diferentes partes do Brasil e, por isso, acreditamos que configurem uma amostra representativa a partir da qual seja possível construir subsídios significativos para políticas públicas de atendimento a crianças e adolescentes acolhidos.



Relações entre as famílias e o acolhimento institucional

Nos estudos analisados, identificamos a persistência da idealização da família por crianças e adolescentes e seu desejo de retornar para seus lares de origem ou de constituir suas próprias famílias. Essas instituições são percebidas como espaços de proteção frente a situações de risco, mesmo quando experiências anteriores sugerem o contrário (SIQUEIRA ET AL., 2009). A família nuclear aparece frequentemente nas brincadeiras e respostas das crianças e adolescentes, possivelmente porque eles têm mais contato com este modelo, seja através da instituição ou através dos veículos de comunicação. Eles são capazes de reproduzir fielmente o papel do pai provedor, da mãe cuidadosa e dos irmãos companheiros, mesmo que esta simulação não reflita necessariamente suas vivências progressas (MARTINS; SZYMANSKI, 2004). As pesquisas destacam, no entanto, ser importante que as crianças possam conhecer outros modelos e contextos de desenvolvimento infantil, evitando eventuais frustrações e contribuindo para que as relações construídas após o período de acolhimento reflitam maior reciprocidade, afetividade e estabilidade, rompendo padrões que podem levar a violações de direitos (DE ANTONI; KOLLER, 2000).

Estas reflexões sobre o modelo de família também são importantes para as equipes que atuam nas instituições de acolhimento, uma vez que, de modo geral, pudemos perceber uma preocupação dos autores pesquisados com as diferenças existentes entre as famílias reais dos acolhidos e as famílias idealizadas por estes profissionais. Historicamente, a institucionalização reflete um pensamento que estigmatiza os acolhidos e suas famílias. Ideias que persistem e seguem influenciando a forma como estes grupos são tratados até hoje (PATIAS; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2017). Crenças e percepções idealizadas sobre como deveria ser uma família nuclear tradicional guiam as avaliações e o atendimento nas unidades de acolhimento. Não é à toa que parte das famílias teme os julgamentos e a perda da guarda de suas outras crianças, não-institucionalizadas, ao interagirem com profissionais da rede de atenção. Isso cria relações de desconfiança de ambas as partes, o que pode adiar, desnecessariamente, o retorno dos acolhidos ao ambiente familiar (VASCONCELOS; YUNES; GARCIA, 2009). Imagens estigmatizantes impactam não só as famílias, como também as crianças e os adolescentes, afetando seu bem-estar, a convivência no acolhimento e suas possibilidades de rein-

serção familiar (ZAPP ET AL., 2017). Neste sentido, uma visão cuidadosa por parte dos profissionais do acolhimento, a abertura aos novos arranjos familiares e a identificação de fatores de proteção nas famílias de origem dos acolhidos podem contribuir para a construção de estratégias de intervenção mais eficazes e menos intrusivas (LAUZ, BORGES, 2013). Discussões sobre desenvolvimento infantil e práticas de cuidado em contextos de vulnerabilidade também podem contribuir para a compreensão do cotidiano das famílias e para a divulgação de informações e conhecimentos que ajustem a teoria à prática (CRUZ; CAVALCANTE; PEDROSO, 2014).

Autores afirmam que um trabalho eficaz de orientação, apoio e fortalecimento das famílias é indispensável para a garantia da convivência familiar e comunitária da população infanto-juvenil, conforme disposto no Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e de acordo com a Lei nº 12.010/09, que estimula a aproximação entre as famílias e as instituições de acolhimento (ROCHA; ARPINI; SAVEGNAGO, 2015; RICARDO; LAVORATTI, 2007). Fortalecer a rede de apoio social dos pais e/ou responsáveis pelos acolhidos também é fundamental, uma vez que redes frágeis podem ampliar a vulnerabilidade e representar risco de institucionalização desnecessária (BARROSO; PEDROSO; CRUZ, 2018).

Cabe acrescentar que a pobreza costuma ser um dos traços marcantes destas famílias, impactando suas possibilidades de atenção e proteção. Por isso, o afastamento das crianças não pode ser a principal resposta de cuidado frente aos ciclos intergeracionais de violações de direitos e à ausência de políticas públicas capazes de mitigar os efeitos deste fenômeno social. Isso só reforça uma cultura de institucionalização em detrimento aos investimentos prioritários de que necessitam as famílias de atenção às famílias, base de cuidado e socialização das crianças e dos adolescentes, conforme enfatiza o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA (FURLAN; SOUZA, 2014). Esta lacuna no atendimento às famílias, existente mesmo antes do acolhimento, precisa ser preenchida para que o direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária possa ser respeitado. Uma maior articulação da rede de proteção e uma maior oferta de meios materiais e simbólicos podem auxiliar no exercício adequado do cuidado, prevenindo o afastamento das famílias; ou podem garantir um atendimento mais amplo, com vias a reinserção familiar, nos casos em que seja necessário aplicar essa medida de proteção (MASTROIANNI ET AL., 2018). Nestes casos em que o acolhimento institucional se faz necessário, é preciso investir em espaços de escuta para que as necessidades das famílias e dos acolhidos sejam compreendidas e atendidas, quando possível, evitando o prolongamento desnecessário da medida de proteção e decisões precipitadas de desligamento e/ou adoção (MOREIRA ET AL., 2013).

Devemos pontuar também que o acompanhamento de crianças, adolescentes e suas famílias após o desligamento da instituição de acolhimento nos parece unânime entre os autores pesquisa-

dos. Embora, de um modo geral, o desejo de sair do abrigo e a reestruturação financeira das famílias sejam fatores essenciais, o acompanhamento multiprofissional pós-desligamento se faz necessário (AZÔR; VECTORE, 2008). É possível perceber os desafios para a garantia de uma reintegração familiar segura, mas a inexistência de subsídios para as famílias e sua não inserção em uma rede integral de serviços públicos, capaz de garantir seus direitos, podem transformar o acolhimento institucional em um longo período de penalização. Este trabalho não depende exclusivamente de profissionais competentes e criativos, pois uma ação sistemática e planejada, para além do aconselhamento das famílias, depende de investimento e comprometimento do Estado e da sociedade (CRONEMBERGER; TEIXEIRA, 2018).

Atuação profissional “

Diante dos desafios enfrentados nas unidades de acolhimento institucional, o engajamento dos profissionais, assim como sua capacitação, revela-se fundamental, muito embora não dispense o aprimoramento e o monitoramento das políticas públicas voltadas para as crianças e os adolescentes acolhidos (BERNARDES; MARIN, 2019; WENDHAUSEN; PEREIRA; JOHNSON, 2011). A capacitação - ou formação, treinamento, preparação, etc. - foi uma das recomendações que mais se destacou no que tange às equipes que atuam nas unidades de acolhimento institucional. Ela pode acontecer de forma mais tradicional, através de palestras e cursos, mas também a partir da construção de espaços de trocas de experiência, escuta e cuidado para estes profissionais (GABATZ; SCHWARTZ; MILBRATH, 2019; BARROS; NAIFF, 2015; MAGALHÃES; COSTA; CAVALCANTI, 2011). Recomenda-se que estas atividades e as estratégias coletivamente construídas estejam articuladas e se aproximem do cotidiano institucional, de onde emergem grandes desafios, baseadas nas orientações técnicas para os serviços de acolhimento (CAVALCANTE; CÔRREA, 2012). No entanto, elas devem também extrapolar os limites do tecnicismo e considerar as dimensões sociais, pedagógicas e psicológicas que envolvem o trabalho nestas instituições (AVOGLIA; SILVA; MATTOS, 2012). Pautados por práticas educativas e ações dialógicas, acredita-se que os profissionais que trabalham no acolhimento institucional podem se tornar modelos mais potentes de criação e transformação para crianças e adolescentes acolhidos (PENNA; CARINHANHA; LEITE, 2009).

Precisamos lembrar que os desafios do acolhimento institucional não são vivenciados apenas pelas crianças e adolescentes, mas também por seus cuidadores. Eles costumam lidar, por exem-

plo, com a criação de vínculos, fundamental para o desenvolvimento infantil, e com sua posterior ruptura nos momentos de desligamento institucional. Por isso, as estratégias de apoio ao cuidador devem incluir espaços de escuta que os permitam, por exemplo, pensar sobre suas relações de apego e de desapego e as formas como suas ações influenciam e são influenciadas por seu cotidiano de trabalho (GABATZ ET AL., 2018).

Embora a importância das equipes interdisciplinares tenha sido abordada nos estudos analisados, uma vez que diferentes áreas de atuação devem se complementar para a oferta de proteção integral a crianças e adolescentes (GALHEIGO, 2003), o trabalho das mães sociais e dos educadores/cuidadores teve maior destaque nas discussões⁵. Eles estabelecem uma relação direta com os acolhidos e, por isso, não adianta pensar na avaliação do serviço e no cuidado às crianças e aos adolescentes sem pensar no bem-estar destes trabalhadores (MEDEIROS; MARTINS, 2018). Foi mencionada a necessidade de maior reconhecimento profissional, regulamentação da profissão de educador/cuidador e melhores condições de trabalho (LIMA, 2012). No caso das mães sociais, em particular, além da formação continuada voltada para a realidade dos acolhidos e o respeito as suas individualidades e necessidades, é dada ênfase à construção de espaços em que elas possam refletir criticamente sobre suas histórias de vida, valores, papéis sociais e práticas (TOMÁS; VECTORE, 2012). Além disso, diante da predominância de atividades domésticas e da escassez de momentos de descontração e lazer no trabalho destas profissionais, sugere-se a utilização de recursos lúdicos no serviço de acolhimento com o objetivo de facilitar a formação de vínculos afetivos e fortalecer relações entre as mães sociais e as crianças (LEMOS; GECHLE; ANDRADE, 2017).

Vivências e perfil de crianças e adolescentes acolhidos

Percebemos grande preocupação dos autores pesquisados quanto ao perfil depreciativo historicamente construído e ainda atribuído a crianças e adolescentes em contextos de acolhimento institucional. Visando transpor concepções e práticas que homogeneizam e estigmatizam os acolhidos, recomenda-se a construção de relações mais próximas com essas crianças e adolescentes, sem idealizações e preconceitos pré-estabelecidos, que favoreçam que elas e a dinâmica de seus contextos socio-históricos sejam conhecidos com maior precisão e riqueza de detalhes (AYRES ET

AL., 2010).

Esta postura beneficiaria gestores e profissionais, sobretudo aqueles que atuam cotidianamente nas unidades de acolhimento. Sua sensibilização e aproximação com a realidade vivida pelos acolhidos e suas famílias poderia contribuir para a recuperação emocional e mitigar os efeitos do afastamento da família de origem. Este processo, que pode ser vivenciado como um luto (TINOCO; FRANCO, 2011), também pode gerar uma vinculação positiva com as unidades de acolhimento e o desenvolvimento de relações de afeto com pares e com as equipes que atuam nessas instituições (OLIVEIRA; PRÓCHNO, 2010). Conflitos em relação à institucionalização são comuns, uma vez que, se por um lado, os acolhidos passam a acessar recursos materiais que antes não estavam ao seu alcance; por outro lado, eles sentem falta da família, de casa e dos amigos (MASCARENHAS; DUPAS, 2001). É possível encontrar crianças que não vivem em constante sofrimento e experimentam momentos felizes dentro das casas de acolhimento, criando planos e expectativas em relação ao futuro. Por isso, discursos que caracterizam os acolhidos como “problemáticos”, “anormais” ou “irregulares” devem ser evitados, permitindo a coexistência de diferentes percepções e sentimentos (FIGUEIREDO; ARAGÃO, 2013).

É possível reconhecer mudanças positivas no comportamento e na subjetividade das crianças e adolescentes a partir do investimento afetivo dos profissionais que atuam nas unidades de acolhimento institucional. Por isso, é importante que educadores, cuidadores e técnicos estejam qualificados e cientes de sua influência sobre os acolhidos, contribuindo para a construção de relações interpessoais saudáveis (MARTELLET; SIQUEIRA, 2014). Nos cenários em que as trocas afetivas com os educadores são mais restritas e menos frequentes, as interações com os pares tornam-se fundamentais para que as crianças possam lidar com as experiências próprias da institucionalização. A busca por outras figuras de apego, após o afastamento de suas famílias, acaba favorecendo a criação de laços significativos entre as crianças (KAPPLE; MENDES, 2019; ALEXANDRE; VIEIRA, 2004). No entanto, para que isso seja possível, são necessários estímulos e rotinas que favoreçam a variação de atividades, de companhias e de ambientes por onde circulam os acolhidos. Romper com uma tendência histórica de padrões rígidos e repetitivos de atividades e de cuidado exclusivamente coletivos pode favorecer o desenvolvimento positivo das crianças e dos adolescentes e das relações estabelecidas durante o período de institucionalização (HEUMANN; CAVALCANTE, 2018). Relações positivas podem contribuir para que o acolhimento funcione como uma fonte de apoio e satisfação para os acolhidos, muito embora sua excepcionalidade e provisoriamente devam ser mantidas no horizonte daqueles envolvidos com esta medida de proteção. Por isso, as ações que estimulam o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes devem estar aliadas ao fortalecimento de suas famílias ou à construção de estratégias alternativas de vinculação, de forma que os efeitos negativos

de um período prolongado de institucionalização sejam reduzidos (SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2010).

A situação socioeconômica das famílias dos acolhidos demanda medidas e políticas públicas capazes de mitigar os impactos da pobreza sobre o desenvolvimento humano, reduzindo o número de crianças e adolescentes que passam anos de suas vidas em instituições socioassistenciais porque faltam ações de apoio aos pais para que eles possam exercer adequadamente suas funções parentais (CAVALCANTE ET AL., 2014). No entanto, como sabemos, para que qualquer medida ou política pública seja implementada, monitorada e avaliada é necessário realizar estudos sobre o tema, capazes de ampará-las com dados fidedignos e atualizados. Estes estudos podem contribuir também para a conscientização sobre a medida de acolhimento que, para ser efetiva, precisa estar acompanhada de um conjunto de outras políticas que fortaleçam a rede de apoio das famílias e a rede de proteção das crianças e dos adolescentes (CAVALCANTE; MAGALHÃES; REIS, 2014; FUKUDA; PENSO; SANTOS, 2009). A articulação com outros atores do sistema de garantia de direitos é a principal estratégia existente para o enfrentamento dos desafios multidisciplinares relacionados à proteção integral de crianças e adolescentes. A relação das unidades de acolhimento com as escolas, por exemplo, é de suma importância. De modo geral, as interações das crianças acolhidas nesses espaços são descritas como conflituosas e violentas, perpassadas por preconceitos e exclusão. Por isso, estreitar as relações entre os profissionais de ambas as instituições e qualificar professores, técnicos, educadores e demais profissionais pode contribuir para a desconstrução de estigmas e reafirmar esses espaços como parte da rede de apoio social e afetiva de crianças e adolescentes (CARLOS ET AL., 2011; BUFFA; TEIXEIRA; ROSSETI-FERREIRA, 2010; DELL'AGLIO; HUTZ, 2004).

Os adolescentes abrigados, em particular, necessitam de maior atenção no que tange a sua exposição a situações potenciais de risco, que podem levar à manifestação de sintomas depressivos. Tendo em vista a ampla ocorrência de eventos estressores, este grupo necessita de uma rede intersetorial de atendimento que considere seu bem-estar psicológico (WATHIER; DELL'AGLIO, 2007). Elementos como ter um tempo de acolhimento superior a 2 anos; histórico de acolhimento; não ter padrinhos; não possuir irmãos na instituição; e ser acolhido depois dos 7 anos de idade podem compor o perfil daqueles com sintomatologia depressiva (ÁLVARES; LOBATO, 2013). A forma como a sociedade percebe essas crianças e adolescentes também precisa ser analisada no que tange a essa questão. O preconceito e a atribuição de características negativas a este grupo podem afetar sua autoestima e prejudicar o fortalecimento e a articulação de uma rede de proteção. Se as instituições de acolhimento podem representar um espaço de proteção capaz de oferecer, ainda que provisoriamente, condições para um desenvolvimento saudável (RODRIGUES ET AL., 2014), ainda se fazem necessárias estratégias que estimulem a reflexão social sobre as imagens e estigmas vinculados a essa população, assegurando visibilidade e reconhecimento dos acolhidos como sujeitos de direitos

e em pleno desenvolvimento (WENDT; DULLIUS; DELL'AGLIO, 2017).

Sobre esta questão, destacamos também a importância do fortalecimento da participação infantil e juvenil. Estudos relatam que as crianças não são ouvidas pelos dirigentes das unidades de acolhimento. Por isso, em alguns casos, seus comportamentos acabam marcados pela invisibilidade e pela transgressão. Políticas institucionais que superam a perspectiva adultocêntrica e a implementação de metodologias participativas tornam-se estratégias privilegiadas para que os profissionais acessem este grupo e conheçam suas percepções acerca de aspectos importantes do acolhimento, mas também de suas vivências como um todo. Neste sentido, as unidades de acolhimento institucional também podem tornar-se importantes espaços para que crianças e adolescentes conheçam seus direitos e os meios para sua efetivação (SANTANA; AVANZO, 2014; ORIONTE; SOUSA, 2005).

Cotidiano das unidades de acolhimento

No cotidiano das instituições de acolhimento, coexistem discursos e práticas alinhadas e que se contrapõem aos modelos que constituíram a assistência à infância: caritativo, filantrópico e o do estado de bem-estar social (GUEDES; SCARCELLI, 2014). Não é possível identificar uma uniformidade nas perspectivas e ações dos profissionais que ali atuam, marcados por experiências e concepções de educação distintas. As metodologias de trabalho e os entendimentos sobre a necessidade de castigos físicos e sobre a importância da vinculação afetiva variam, influenciados também pela transitoriedade do acolhimento. A complexa relação entre a provisoriedade e a vinculação, que impacta nas práticas cotidianas e nas relações estabelecidas nas instituições, merece atenção especial daqueles que investigam e atuam na área. A criação de programas de formação, capacitação e escuta, que permitam o desvelamento da diversidade de pensamentos e possibilitem a construção de uma concepção mais homogênea e integradora, poderia contribuir para uma ação mais efetiva dentro destas instituições (VECTORE; CARVALHO, 2008). No entanto, apesar das “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (CONANDA/CNAS, 2009) recomendarem um atendimento continuado, com funcionários efetivos, identifica-se um alto índice de rotatividade de educadores e cuidadores. Essa rotatividade exige maior esforço e investimento para a formação permanente dos funcionários, que muitas vezes desconhecem, por exemplo, questões políticas e legais que perpas-

sam o universo infanto-juvenil (SANTOS; VARGAS; MELO, 2018).

Ao mesmo tempo em que se identificam representações positivas em relação ao espaço do acolhimento e práticas de grupo que se configuram estratégias potentes para que os sujeitos expressem coletivamente suas questões, observa-se também uma lógica disciplinar que tende a produzir sujeitos massificados, com laços enfraquecidos, sem função simbólica, com reduzida capacidade de reflexão individual e coletiva e com manifestações de violência (MARQUES; CZERMAK, 2008). Também perduram representações sociais que estigmatizam estas instituições e as pessoas que compõem esse universo. Isso torna urgente construir um novo olhar para essa realidade institucional, que possa criar novos horizontes para as crianças e adolescentes, sobretudo após seu desligamento (ARPINI, 2003). Estudos que compreendam as condições que facilitam ou dificultam a autonomia e a participação de crianças e adolescentes acolhidos podem ser um primeiro passo para a construção de um “verdadeiro habitar” nestas instituições, que em muito contribuiria para a reinserção social destes sujeitos (GALHEIGO, LUVIZARO, 2011).

Além disso, a garantia do desenvolvimento integral e do direito à convivência familiar e/ou comunitária de crianças e adolescentes passa pelo fortalecimento da articulação dos atores que participam do acolhimento institucional. Oferecer alternativas de emprego, saúde, educação e moradia para as famílias dos acolhidos é fundamental. Medidas como a ampliação do número de creches e de instituições de ensino em tempo integral, por exemplo, também poderiam contribuir para a redução do número de crianças abrigadas, assim como para seu retorno as suas famílias e/ou comunidades de origem (ROSSETTI-FERREIRA ET AL., 2012). Recomenda-se que outras formas de acolhimento, inclusive junto à família extensa, sejam consideradas antes da institucionalização, que deve ser excepcional e provisória. No entanto, caso o acolhimento institucional seja a opção priorizada, deve haver preocupação com a continuidade do trabalho no pós-desligamento, etapa indispensável do atendimento (OLIVEIRA; MILNITSKY-SAPIRO, 2007).

Violências

O tema da violência é recorrente nos estudos que tratam do acolhimento institucional para crianças e adolescentes. Eles indicam que esta população está mais exposta ao fenômeno, desde o ambiente familiar, passando pelas comunidades e contextos de vulnerabilidade onde circulam, até as instituições de acolhimento. Este grupo estaria, portanto, mais suscetível aos riscos psicossociais

relacionados a este fenômeno (BRAGA; DELL'AGLIO, 2012).

Autores apontam que a identificação da violência por parte das crianças e dos adolescentes acolhidos é da ordem do vivido, ou seja, ela é pontual e concreta e, com frequência, ocorre nos âmbitos comunitário e intrafamiliar. Observa-se que eles também identificam a natureza dos atos violentos, como bater (física), tratar mal/humilhar (psicológico) e abuso sexual (sexual), mas têm dificuldade em reconhecer ou admitir ter vivido situações de violência. Neste sentido, discutir com eles estes processos, suas causas e consequências, pode contribuir para que crianças e adolescentes desenvolvam mecanismos de proteção e transformem suas experiências. Isso, obviamente, depende também do aprimoramento das políticas públicas voltadas a este grupo e da transformação da mentalidade da sociedade como um todo e, particularmente, dos profissionais que atuam junto a essa população (CARINHANHA; PENNA, 2012). Capacitações, supervisões periódicas e critérios mais definidos de contratação são, portanto, fundamentais. Além disso, só uma rede intersetorial seria capaz de oferecer a assistência necessária a este grupo, inclusive dispondo de atenção psicossocial e contribuindo para seu amadurecimento emocional com autonomia, especialmente no caso dos adolescentes. Isso porque acredita-se que a “negligência e/ou abandono das famílias”, a ausência de recursos materiais, a fragilidade dos laços afetivos e a “nova institucionalização” existente nos dispositivos de proteção podem levar a uma dependência socioemocional dos acolhidos à rede de assistência social. Muitos, inclusive, manifestam o desejo de permanecer institucionalizados, através de seu ingresso nas forças armadas, policiais ou mesmo através de sua permanência na própria rede de acolhimento (BOTELHO; MORAES; LEITE, 2015).

Sabe-se que a violência intrafamiliar ocorre em diferentes classes sociais e está relacionada à posição de poder do adulto frente à criança. Enquanto fenômeno multifacetado, a violência é social e histórica, portanto, capaz de ser controlada e, quiçá, erradicada caso haja vontade política e investimento para tal (SILVA; VOGEL; VIRGÍLIO, 2001). O reconhecimento dos fatores associados à violência intrafamiliar possibilita atuação preventiva, mitigando suas consequências sobre os membros da família. E o cuidado, nestes casos, não deve se resumir às crianças e aos adolescentes vítimas de violência, ele precisa ser estendido também às famílias, atendendo vítimas e agressores (GABATZ ET AL., 2010). As mães, particularmente, podem sofrer dupla violência, em relação a seus companheiros e ao afastamento dos filhos, demandando um olhar sensível da rede de proteção. A elas é importante assegurar diferentes formas de suporte para que possam criar seus filhos em condições adequadas e em segurança através de ações intersetoriais e programas de assistência (CLETO; COVOLAN; SIG-NORELLI, 2019).

Especificamente sobre as unidades de acolhimento voltadas às vítimas de violência, é fundamental reforçar o caráter protetivo dessas instituições, não só na preservação física dos acolhidos,

mas também cuidando de seu bem-estar psicossocial (PRADA; WILLIAMS; WEBER, 2007). Para isso, medidas simples como o estabelecimento de espaços individuais, a manutenção de pertences trazidos no processo de acolhimento e a realização de atividades junto às famílias e outras organizações presentes na comunidade são alternativas possíveis de respeito e fortalecimento dos direitos destes sujeitos. Nestas instituições, protocolos de atendimento são fundamentais e as atividades lúdicas podem também ser uma estratégia de cuidado, fortalecendo a autoconfiança de crianças e adolescentes para que eles se envolvam na construção de soluções para os desafios enfrentados. Suas falas, necessidades e vontades precisam ser consideradas na avaliação do serviço e na elaboração das ações ofertadas. Locais apropriados para o desenvolvimento destas atividades, aquisição de materiais para este fim, capacitação profissional e articulação com a rede de proteção são indicados para favorecer a oferta de um atendimento adequado (SALOMÃO; WEGNER; CANABARRO, 2014; GIACOMELLO; MELO, 2011). Os vínculos afetivos e a confiança estabelecida entre acolhidos e profissionais e, em alguns casos, o caráter religioso das instituições podem atuar como fatores de proteção e promoção da saúde física e mental de crianças e adolescentes vítimas de violência (CARLOS ET AL., 2013).

Saúde

Dentre os principais desafios identificados no que tange ao tema da saúde, destacamos a falta de articulação do serviço de acolhimento com a rede de proteção como um todo. A intersectorialidade, perpassando segmentos governamentais e não-governamentais, aparece mais uma vez como a única estratégia possível para a proteção integral das crianças e adolescentes acolhidos (FERRIANE; BERTOLUCCI; SILVA, 2008). De modo geral, a condição de saúde desta população traduz as situações de privação material e emocional a que foram submetidos, seja no convívio com a família, seja ao longo de sua permanência em unidades de acolhimento. Seus processos de saúde e doença relacionam-se, portanto, aos fatores de risco e proteção coexistentes nestes espaços (CAVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2009).

Os problemas de comportamento e o uso de drogas, que costumam ser identificados em um número significativo de crianças e adolescentes neste contexto, também podem estar relacionados as suas histórias de vida. No segundo caso, a tentativa de “escapar” de contextos de vulnerabilidade e a busca pelo prazer aparecem como catalizadores para esta prática, mas a ausência da família, o

preconceito vivido e a falta de perspectivas impactam profundamente a vida destas crianças e adolescentes. Por isso, conhecer suas experiências e identificar como estes sujeitos percebem os eventos vividos é fundamental no seu acompanhamento e no desenvolvimento de estratégias adequadas de atendimento as suas demandas de saúde, inclusive mental (CALCING; BENETTI, 2014). Desenvolver linguagens e metodologias que os envolvam na elaboração e implementação das ações pode contribuir para a adesão às propostas construídas (MORAES; BRAGA, 2004).

Entre os autores analisados também encontramos preocupações em relação à medicalização de crianças e adolescentes como *modus operandi* dos serviços de acolhimento institucional, sobretudo em relação àqueles com trajetória de vida nas ruas e/ou que fazem uso de drogas. Entre as justificativas alegadas para a medicalização está a necessidade de proteção ou de cuidados intensivos para este grupo e o perigo da coabitação com crianças e adolescentes com este perfil. Recomenda-se que este tipo de prática seja discutido através de uma articulação intersetorial, apoiada em processos permanentes de formação. Além disso, faz-se necessário um compromisso dos gestores no sentido de assegurar o debate coletivo e o respeito aos direitos dos acolhidos, evitando que o uso indiscriminado de medicamentos se torne uma forma de controle rotineira nas instituições de acolhimento (OLIVEIRA; VICENTI; MASSARI, 2018). Sobre os protocolos adotados para a oferta de medicamentos, foi pontuada a necessidade de mais estudos que identifiquem os riscos, contribuam para a elaboração de planejamentos e rotinas seguros e desenvolvam competências voltadas para o tema (CHAVES ET AL., 2018).

Maternidade e sexualidade



Para as adolescentes acolhidas, a maternidade costuma ser vivida de forma ambivalente onde os aspectos positivos, relacionados à transformação de suas vidas, com novas responsabilidades e prioridades, limitam-se pelas condições sociais e pelas situações de vulnerabilidade em que se encontram. A este cenário podem somar-se experiências de vida marcadas pela violência, o que reforça a importância dos abrigos como espaços de acolhimento, proteção e cuidado. Muitas vezes, a violência traz consequências para a vidas destas adolescentes, que acabam reproduzindo o desamparo sofrido na relação com seus filhos. Nestes casos, elas necessitam também de orientação para que tenham condições de cuidar de suas crianças e, eventualmente, retornar à escola, ingressar no mercado de trabalho e (re)construir laços familiares (MIURA; TARDIVO; BARRIENTOS, 2018).

A partir da sensibilização e da capacitação dos atores envolvidos, considera-se que o abrigo pode se tornar um espaço acolhedor, que minimiza os desafios enfrentados e investe em ações emancipatórias de cuidado, inclusive no que tange à promoção da saúde sexual e reprodutiva desta população. No entanto, muitas práticas cotidianas obstaculizam este propósito. No caso específico da maternidade, por exemplo, ao mesmo tempo em que os educadores se responsabilizam pelas crianças quando as mães precisam ir para a escola ou ao trabalho, muitas vezes as saídas para diversão são entendidas como dispensáveis. Nestes casos, a oportunidade de pautar discussões com base em situações reais e contribuir para que as adolescentes ressignifiquem suas escolhas e experiências acaba desperdiçada. Isto dificulta o diálogo e a construção de autonomia, podendo gerar, inclusive, desproteção (UZIEL; BERZINS, 2012; PENNA ET AL, 2012A). Parte dos profissionais concebe a maternidade neste grupo apenas como algo precoce e prejudicial devido à imaturidade destas jovens mães e a necessidade de que elas interrompam seus estudos. Quando isso acontece, sua atuação tende a se limitar às tentativas de reinserção social e ao ensino dos cuidados com os filhos. Embora não exista um modelo pré-concebido de atuação, a realização de ações educativas, dinâmicas de grupo, dramatizações e atividades festivas, construídas juntamente com as adolescentes, podem ser estratégias para mobilizar as jovens mães e valorizar suas potencialidades (PENNA ET AL, 2012B).

Primeira infância acolhida

Em nossa pesquisa, identificamos diversos estudos relacionados à primeira infância e optamos por dar ênfase àqueles que tratam de aspectos particulares do desenvolvimento de crianças nesta faixa etária em contexto de acolhimento institucional. De modo geral, as pesquisas apontam para o fato de que as crianças na primeira infância demandam muitos cuidados e atenção. Elas costumam buscar ativamente por seus cuidadores e demandam amparo emocional constante, sendo que, em alguns casos, podem apresentar distorções importantes no estabelecimento de vínculos com comportamentos associados ao Transtorno de Apego⁶. Além de espaços físicos, recursos e equipe técnica adequados, as instituições que atendem a este grupo precisam voltar-se também para a oferta de alternativas de interações de qualidade para os bebês e crianças pequenas, oferecendo a eles um ambiente emocional de qualidade (GOLIN; BENETTI, 2013; GOLIN; BENETTI; DONELLI, 2011).

A oferta de oportunidades de convívio saudável com cuidadores e com outras crianças e a promoção de vivências em vários tipos de ambientes são fundamentais para o desenvolvimento dos

pequenos. Recomenda-se, por exemplo, aumentar a relação de um educador para cada seis crianças em instituições que tenham pelo menos dois usuários que demandam atenção especial (inclusive com idade inferior a um ano). O aumento do número de educadores proporcionaria uma relação de apego mais forte e favorável à atenção das necessidades de carinho e proteção das crianças acolhidas ainda na primeira infância (ROSA ET AL., 2010). Para isso, no entanto, é necessário que haja preparo das monitoras, uma vez que estudos evidenciaram situações de hostilidade verbal e poucas ocorrências de carinho, palavras de incentivo e contato físico na relação com as crianças. É preciso também que as coordenações e direções dos abrigos se sensibilizem sobre a questão e promovam e estimulem a capacitação de seus profissionais (BARROS; FIAMENGGHI JR., 2007). A relação com bebês e crianças pequenas pode ser muito mobilizadora. Ao mesmo tempo em que parte dos cuidadores investe na construção de relações afetivas, a iminência de ruptura dos laços, a ansiedade e a insuficiência dos espaços de escuta podem levar outros cuidadores a adotar atitudes mais distantes, que desacreditam a importância do vínculo para o desenvolvimento dos acolhidos. Neste sentido, além da formação profissional, é preciso cuidar dos profissionais cuidadores, proporcionando o debate e a ressignificação dos encontros que acontecem nas instituições de acolhimento, tornando-as espaços marcados por relações afetivas significativas e enriquecedoras (LEMOS; SILVA, 2019; OMIZZOLLO; SILVA, 2018).

Outra preocupação revelada refere-se ao acompanhamento do crescimento e desenvolvimento das crianças em unidades de acolhimento. No estudo de Chaves et al. (2013), a maioria dos acolhidos apresentou um crescimento satisfatório comparando com os padrões adotados pelo Ministério da Saúde. No entanto, em sua maioria, as crianças apresentaram atrasos importantes em fatores sociais e psíquicos, com destaque para a linguagem. Este tema também esteve presente nos estudos de Franco, Lopes e Lopes-Herrera (2014) que, embora não tenham identificado diferenças significativas na Linguagem Receptiva, Expressiva ou Global entre crianças acolhidas e crianças que sempre estiveram com a família biológica, elas verificaram um maior índice de distúrbios de linguagem entre as crianças que estavam em abrigos. Cruz, Dias e Pedroso (2014) também revelaram preocupação em relação ao desenvolvimento da comunicação das crianças acolhidas na primeira infância. Em seu estudo, as principais dificuldades identificadas estavam na verbalização e na concentração nas tarefas propostas. Já a coordenação motora ampla, que envolve também o correr e o pular, foi considerada dentro das expectativas para o desenvolvimento. Os autores recuperaram estudos que apontam que o acolhimento precoce por um longo período pode ocasionar alterações no desenvolvimento da linguagem. Problemas que muitas vezes só são identificados quando a criança inicia sua vida escolar. Por isso, é fundamental o acompanhamento precoce e contínuo deste grupo, garantindo ações preventivas eficazes. Os sinais de atraso, em quaisquer aspectos, precisam ser tra-

balhados pelos profissionais, em particular os da saúde, através de estratégias capazes de favorecer o desenvolvimento neuro-psico-motor infantil, revertendo eventuais alterações que possam permanecer por um bom tempo, mesmo depois das crianças serem colocadas em ambientes favoráveis para o seu desenvolvimento.

Como a institucionalização precoce e prolongada de crianças ainda é uma prática frequente nos dias atuais, conhecer as condições gerais em que o acolhimento acontece pode ser uma ferramenta que possibilite aos cuidadores, profissionais e gestores identificar, prevenir e reparar os efeitos dessa experiência sobre o desenvolvimento das crianças. Existe uma relação paradoxal entre proteção e risco nos processos de institucionalização de crianças. Se, por um lado, o abrigo é visto como uma importante medida de proteção às vulnerabilidades, ao abandono e às violências; por outro, ele é recomendado apenas em casos excepcionais e em caráter provisório, evitando a fragilização e/ou ruptura dos vínculos familiares na infância. A adoção de medidas como a organização do ambiente de modo a favorecer a convivência entre pares e a construção de espaços lúdicos podem promover melhorias nas condições gerais, tornando o clima mais favorável à interação social e a contatos afetuosos entre as crianças e também entre elas e seus cuidadores (CAVALCANTE; MAGALHÃES; PONTES, 2007). Colocar em foco as experiências e percepções das próprias crianças pequenas e dos bebês também pode contribuir para a criação e para o aprimoramento de metodologias que favoreçam a construção de vínculos tão importantes para o desenvolvimento infantil (MOURA; AMORIM, 2013).

Desligamento e reinserção familiar e/ou comunitária

No que tange à reinserção familiar e/ou comunitária, as principais preocupações dos pesquisadores giram em torno da ausência de políticas públicas capazes de assegurar condições financeiras e emocionais para as famílias, da importância da adoção de estratégias que garantam a convivência familiar e o fortalecimento de vínculos das crianças e dos adolescentes durante o período de acolhimento e do acompanhamento dos egressos após o desligamento do serviço.

Embora parte dos estudos analisados reconheçam os esforços dos técnicos no processo de

reinserção familiar, com o estabelecimento de visitas, encaminhamento da família para rede de proteção e avaliação periódica das condições da família; eles também apontam dificuldades importantes que obstaculizam a reinserção dos acolhidos, estendendo o período de institucionalização e impactando negativamente no desenvolvimento deste grupo. Algumas das dificuldades identificadas são: a não adesão das famílias às propostas da instituição; a não inclusão da família extensa nestas propostas; a falta de recursos financeiros das famílias; fatores de risco enraizados e a valorização do acolhimento, por parte dos pais, enquanto alternativa para seus filhos. Neste sentido, promover a articulação da rede socioassistencial, incluir membros da família extensa nas atividades de convivência e reinserção familiar e aplicar o princípio da brevidade desta medida de proteção é fundamental para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes acolhidos (SIQUEIRA; SCOTT; SCHMITT, 2019; BRITO; ROSA; TRINDADE, 2014).

As medidas adotadas pelas instituições para preservar e fortalecer os vínculos familiares durante o acolhimento podem contribuir para um retorno rápido e seguro à família de origem (CAVALCANTE; SILVA; MAGALHÃES, 2010). Entre elas, é indispensável fortalecer a rede de apoio às famílias e inseri-las em programas capazes de suprir suas carências materiais e/ou mitigar seus efeitos. A maioria das crianças e dos adolescentes relata manter vínculos e/ou sentimentos positivos em relação a pelo menos um membro da família, por isso, nestes casos, promover e acompanhar a reinserção familiar e comunitária dos acolhidos e assegurar a eles condições dignas de vida pós-acolhimento é fundamental (ROSA ET AL., 2012). No entanto, a garantia do direito à convivência familiar e comunitária não é de responsabilidade exclusiva das famílias ou do serviço de acolhimento. Ela demanda a articulação de diversos atores da rede de proteção que, muitas vezes, sofrem com a escassez de recursos humanos e materiais, com contratos de trabalho frágeis e com a ausência de uma formação profissional sistemática, fatores que limitam sua autonomia profissional. Este cenário prejudica também o acompanhamento dos egressos do serviço de acolhimento, assim como a implementação de projetos e ações que poderiam evitar a reinstitucionalização dos mesmos (PAIVA; MOREIRA; LIMA, 2019).

Assim como o planejamento e a preparação dos acolhidos e de suas famílias para o momento do desligamento institucional, o acompanhamento dos egressos também foi uma preocupação identificada nos estudos realizados. Na prática, parece não haver um programa padrão de avaliação e acompanhamento de egressos das unidades de acolhimento e, muitas vezes, as unidades de acolhimento não possuem uma equipe para realizar este trabalho. Embora a promoção de visitas periódicas seja uma realidade na maioria dessas instituições, a falta de planejamento em conjunto com as famílias e mesmo de orientação das partes envolvidas acaba despotencializando esta prática. As instituições que contam com equipes multiprofissionais, articuladas com outros atores da

rede de proteção, parecem mais capacitadas para enfrentar estes desafios (SIQUEIRA; MASSIGNAN; DELL'AGLIO, 2011; SIQUEIRA ET AL., 2010). Recomenda-se que as equipes profissionais, devidamente capacitadas, e as políticas, devidamente monitoradas, se adequem ao tamanho da população e da região onde atuam para que possam articular, com outros atores, ações de apoio às famílias e aos egressos do serviço de acolhimento. Assistidas, com acesso à saúde, educação, trabalho e moradia, as famílias têm melhores condições para oferecer às crianças e aos adolescentes os cuidados que necessitam (IANNELLI; ASSIS; PINTO, 2015).

Especificamente sobre a reinserção social dos acolhidos desligados em virtude da maioridade, foram identificadas instituições marcadas pela ausência de práticas sistemáticas, pela falta de planejamento e pela atuação individualizada, muitas vezes baseada em relações pessoais e no “favor”. Este comportamento reafirma o paternalismo e assistencialismo típicos da assistência social do início do século XX. Mecanismos de supervisão, fiscalização e acompanhamento das atividades realizadas poderiam contribuir para o aprimoramento do serviço e, no momento do desligamento, projetos como as repúblicas, por exemplo, poderiam mediar a saída de um ambiente ainda marcado pela tutela para a construção de uma trajetória de vida autônoma. Foi destacada a ausência de políticas públicas articuladas com os abrigos que pudessem garantir os direitos e contribuir para a produção da autonomia e para o exercício da cidadania dos jovens egressos do serviço após o acolhimento (FIGUEIRÓ; CAMPOS, 2013; MARTINEZ; SOARES-SILVA, 2008).

Medida de proteção



São inegáveis os avanços ocorridos no acolhimento institucional desde a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990). Todavia, de modo geral, o serviço ainda enfrenta uma série de desafios, sobretudo em relação à realização de seu caráter excepcional e provisório e à garantia do direito de convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes.

Desde meados dos anos 2000, quando a burocracia estatal na área da assistência social foi fortalecida, as inovações propostas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente vêm sendo implementadas com avanços e recuos. Embora o ECA certamente seja um marco na área da atenção à infância e, a partir dele, tenha sido criado um movimento de transformação das tradicionais instituições totais, de superação de práticas assistencialistas do passado e de avanços na perspectiva de um trabalho em rede, estas medidas protetivas ainda revelam limites e resquícios de práticas assisten-

cialistas, com problemas que demandam intervenções intersetoriais e multidisciplinares (MIRANDA, 2017; MOREIRA, 2014). Mudar as representações sociais associadas à cultura da institucionalização, por exemplo, permanece um desafio. Dentre estas, destacam-se as concepções de que a criança acolhida foi abandonada e de que sua família de origem é irresponsável, incapaz e/ou negligente. Esta mudança pode (e deve) começar pelos profissionais que atuam nas instituições de acolhimento, por isso, a oferta de um espaço de escuta e a formação adequada dos mesmos são fundamentais. Faz-se necessário um afastamento de lógicas funcionalistas e universais, garantindo a escuta e a atenção singularizada das crianças e adolescentes acolhidos (CINTRA; SOUZA, 2010).

O ECA universalizou o discurso legal no sentido de estabelecer que a pobreza não é mais motivo suficiente para o afastamento familiar, no entanto, a grande maioria das crianças e dos adolescentes acolhidos advém de famílias de baixa renda. Observa-se que os conflitos sociais gerados pela crise da ordem econômica social capitalista e pela desassistência por parte do Estado seguem impactando negativamente a vida destes sujeitos e, com isso, apesar dos avanços normativos ocorridos, persiste uma estreita relação entre assistência e controle social (FIGUEIREDO, 2014; FURLAN; SOUZA, 2013). Como a falta de recursos materiais perdeu força como justificativa para uma intervenção meramente institucionalizadora do Estado, vem se implantando um novo estatuto de judicialização da vida, que, no caso das crianças e adolescentes, se apoia no discurso da família negligente. Entre as condutas negligentes emergem a falta de atenção à educação e saúde e a falta de cuidado com o desenvolvimento físico, moral e espiritual das crianças e dos adolescentes. A categoria negligência passou a justificar a intervenção estatal sobre as famílias pobres, mantendo o acolhimento de crianças e adolescentes como a única alternativa para a garantia de seus direitos (SOUZA; CARDOSO, 2019; NASCIMENTO, 2012). As categorias “em risco” e “em vulnerabilidade” também fazem parte do arcabouço construído para justificar a intervenção estatal sobre a infância e adolescência pobres, ancorando discursos, por vezes, moralistas e criminalizantes. Quando utilizadas de forma acrítica, essas categorias reforçam o caráter discriminatório e institucionalizante das políticas de proteção à infância, introduzidas pelo Código de Menores (CRESTANI; ROCHA, 2018). O acolhimento institucional não deve ser tratado como uma resposta única frente as múltiplas situações de compõem o cotidiano das famílias pobres. É preciso conhecê-las, para além de suas dificuldades aparentes, para que suas necessidades sejam de fato compreendidas e atendidas, prevenindo o acolhimento ou permitindo a reinserção familiar de crianças e adolescentes. Um olhar “descolonizado” permite reconhecer as dinâmicas e configurações familiares diversas e suas formas potentes e particulares de cuidado e afeto (AGUIAR; MARTINS; ROSA, 2019).

Estas considerações não devem nos levar a descartar totalmente a medida protetiva do acolhimento, que, provisoriamente, pode atender às necessidades de famílias que precisam se reor-

ganizar financeiramente, ou mesmo emocionalmente, para poder exercer, de forma adequada, o cuidado de seus filhos. Neste sentido, a aprovação da Lei nº 12.010/09 trouxe para as unidades de acolhimento institucional uma alteração importante. Além de valorizar a escuta dos acolhidos e o plano individual de atendimento (PIA), esta Lei propõe uma relação mais próxima entre família e instituição, tendo em vista o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes e a reintegração familiar a ser trabalhada em um período máximo de dezoito meses de acolhimento institucional (salvo determinação judicial contrária). Por isso, as relações entre a família e a instituição são fundamentais e necessitam ser foco de atenção em novos estudos (SILVA; ARPINI, 2013).

Fomentar uma nova cultura de acolhimento não é um processo rápido e exige mudanças nas concepções de infância e juventude, do papel da família, das perspectivas sobre construção de vinculação afetiva e desenvolvimento infantil. Isso gera tensões entre práticas antigas de internação e estigmatização das famílias das crianças afastadas de sua convivência e um novo discurso social que propõe alternativas ao abrigamento, como o acolhimento familiar e estratégias que permitem a permanência das crianças em suas famílias de origem ou, ainda, junto a membros de sua família extensa (COSTA, ROSSETTI-FERREIRA, 2009). Diante das pesquisas realizadas e de tantas outras questões que poderiam ser levantadas, como a avaliação e monitoramento das unidades de acolhimento (SALINA-BRANDÃO; WILLIAMS, 2008) e o financiamento destas instituições (LIMA, 2015), se coloca um desafio ainda maior, o de investir e implementar diferentes modalidades de proteção à infância e à adolescência que valorizem a família e previnam a aplicação da medida de acolhimento institucional (SOUZA; BRITO, 2015). Estas medidas de proteção e as políticas públicas que versam sobre o tema devem escutar e considerar o olhar das crianças, garantindo sua participação e sua autonomia na construção de suas trajetórias até a maioridade (POKER, 2017).

Considerações finais



A análise da produção acadêmica sobre o acolhimento institucional para crianças e adolescentes no Brasil, publicada nas últimas duas décadas, apontou diversos elementos comuns que passam o que os autores acreditam ser necessário para o aprimoramento deste serviço. É possível que as recomendações indicadas não sejam uma novidade para a maior parte dos profissionais que atuam no cotidiano destas instituições. No entanto, isso não quer dizer que não seja preciso fundamentá-las e ecoá-las cada vez mais, até que finalmente sejam ouvidas e incorporadas aos desenhos

e aos orçamentos das políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes acolhidos. Talvez este tenha sido o principal objetivo da publicação que ora apresentamos.

Com base em dezenas de pesquisas, realizadas em diferentes estados do país, podemos elencar uma série de fatores considerados decisivos para o aprimoramento do serviço de acolhimento institucional, como: a atenção às famílias; o fortalecimento de mecanismos de escuta e planejamento que envolvam as crianças, os adolescentes e suas famílias; a capacitação profissional continuada e o cuidado com os trabalhadores; maiores investimentos em recursos humanos e materiais; o fortalecimento da articulação com a rede de proteção e o acompanhamento pós-desligamento. Estes elementos poderiam, ainda, prevenir o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias e/ou assegurar a excepcionalidade e provisoriedade da medida de proteção em discussão.

Vimos que parte dos acolhidos deseja voltar para casa, porém suas famílias necessitam de suporte material e emocional para exercer seu papel de cuidado. Assegurar este suporte extrapola os limites do atendimento prestado pelos profissionais das instituições de acolhimento e, por isso, a articulação com a rede de proteção é decisiva. Escutar as demandas e os desejos dos acolhidos e de suas famílias não é tarefa menor, pois contribui para a adesão às propostas e planos de atendimento oferecidos e, conseqüentemente, para a garantia da convivência familiar e comunitária. Mesmo quando a família de origem não é uma opção viável, as crianças e os adolescentes costumam manter referências na família extensa ou na comunidade e, com apoio do Estado, elas poderiam atuar como vetores para sua proteção e socialização.

Um outro ponto destacado refere-se à rede de proteção, fundamental para o atendimento integral de crianças e adolescentes. O acesso a direitos básicos, como educação, saúde e lazer, assim como a mitigação dos impactos das situações de privação material e emocional a que esteve submetida grande parte dos acolhidos, demandam uma articulação intersetorial. Debates e ações desenvolvidos no sentido de romper os estigmas sociais atribuídos a este grupo e as suas famílias também são indispensáveis para o seu desenvolvimento integral e para que eles possam se inserir produtivamente na sociedade.

Por um lado, foi fortemente recomendada a oferta de mais capacitação e supervisão, fortalecendo o processo de engajamento dos profissionais das unidades de acolhimento. Por outro, o investimento na valorização destes trabalhadores, com melhores salários e contratos, e na infraestrutura das instituições também foi igualmente avaliado importante para melhorar as estratégias de cuidado oferecidas às crianças e aos adolescentes. A ausência de recursos humanos e materiais adequados prejudica o serviço de acolhimento e impacta negativamente na relação paradoxal de proteção e risco existente nos processos de institucionalização. De caráter excepcional e provisório, esta medida de proteção deve ter como prática cotidiana o fortalecimento da autonomia e dos

vínculos familiares e/ou comunitários de crianças e adolescentes e, em seu horizonte, a reinserção familiar e/ou comunitária e o conseqüente acompanhamento dos acolhidos e de suas famílias após o desligamento.

São inegáveis os avanços ocorridos no serviço de acolhimento institucional no ano que em que o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) completa trinta anos, mas os desafios ainda são muitos para adequar os avanços normativos à realidade concreta das unidades de acolhimento. Transformar a cultura de institucionalização, vencer preconceitos, escutar as crianças e construir diferentes modalidades de proteção à infância e à adolescência fazem parte deste rol. Com a pesquisa apresentada, esperamos poder contribuir para essa jornada, trazendo reflexões que podem subsidiar melhorias nas condições de vida de crianças e adolescentes acolhidos hoje, mas também em um futuro que esperamos não estar muito distante.

Notas

1. O artigo nº 23 do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) afirma que *“a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do pátrio poder familiar”* e, ainda, em seu parágrafo primeiro, determina que *“não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser incluída em serviços e programas oficiais de proteção, apoio e promoção”*.
2. O caderno 1, *“Espaços de escuta e participação no contexto de acolhimento institucional”* (CERQUEIRA; RIZZINI, 2020), e o caderno 2, *“Acolhimento institucional em foco: perspectivas de profissionais e de crianças e adolescentes usuários do serviço no Rio de Janeiro”* (RIZZINI; COUTO; FIGUEIREDO, 2020), encontram-se disponíveis no site do CIESPI/PUC-Rio (www.ciespi.org.br).
3. O projeto, em fase final, tem como objetivos: realizar um levantamento e uma revisão crítica da literatura nacional produzida entre 2000 e 2019 sobre o tema do acolhimento institucional; sistematizar as políticas públicas, as normativas e os planos governamentais que versam sobre a questão; e pesquisar o funcionamento das unidades de acolhimento do estado e da cidade do Rio de Janeiro.
4. Este levantamento está disponível para consulta na base de dados bibliográficos *“Acolhimento institucional para crianças e adolescentes – produção acadêmica (2000-2019)”*, através do site do CIESPI/PUC-Rio (www.ciespi.org.br).
5. O trabalho dos pais sociais foi pouco discutido nos estudos levantados, portanto destacamos o artigo produzido por Moré e Sperancetta (2010), que traz pesquisas realizadas em abrigos brasileiros acerca do exercício profissional destes cuidadores.
6. Crianças que sofreram traumas, que tiveram seus laços familiares rompidos ou que não podem contar com cuidados afetivos e protetivos podem desenvolver distorções importantes no estabelecimento de vínculos sociais devido às múltiplas situações de negligência a que são expostas repetidamente (RYGAARD, 2008 apud GOLIN; BENETTI, 2013).



Referências bibliográficas

AGUIAR, Gabriela M. R.; MARTINS, Karla Patrícia H.; ROSA, Miriam D. Criança, família e acolhimento institucional: entre a norma e a constituição psíquica. *Revista de Sociologia Configurações (Online)*, v.23, p. 90-104. Jun. 2019.

ALEXANDRE, Diuvani T.; VIEIRA, Mauro Luís. Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. *Psicologia em Estudo, Maringá*, v. 9, n. 2, p. 207-217, mai./ago. 2004.

ÁLVARES, Amanda de M.; LOBATO, Gledson R. Um estudo exploratório da incidência de sintomas depressivos em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. *Temas em Psicologia*, Vol. 21, nº 1, 151 – 164, 2013.

ARPINI, Dorian Mônica. Repensando a Perspectiva Institucional e a Intervenção em Abrigos para Crianças e Adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 21, 70-75, 2003.

AVOGLIA, Hilda Rosa C.; SILVA, Andreia Maria da; MATTOS, Pammela M. Educador Social: Imagem e Relações com Crianças em Situação de Acolhimento Institucional. *Revista Mal-Estar e Subjetividade; Fortaleza*, vol. XII, nº 1-2; pp. 265 – 292; mar/jun 2012.

AYRES, Lygia S. M.; COUTINHO, Ana Paula C.; SÁ, Daniele A. de; ALBERNAZ, Thainá. Abrigo e abrigados: construções e desconstruções de um estigma. *Estudos e Pesquisas em Psicologia (Rio de Janeiro/RJ)*, 10, 420-433, 2010.

AZÔR, Ana Mafalda G. C. V.; VECTORE, Celia. Abrigar/desabrigar: conhecendo o papel das famílias nesse processo. *Revista Estudos de Psicologia: Campinas, Volume 25, Nº 1*, p. 77 – 89, Jan-Mar 2008.

BARROS, Nilma S.; NAIFF, Luvieni A. M. Capacitação para educadores de abrigo de crianças e adolescentes: identificando representações sociais. *Estudos e Pesquisas em Psicologia; Rio de Janeiro*; v. 15; n. 1; p. 240-259; 2015.

BARROS, Raquel de C.; FIAMENGI JR., Geraldo A. Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. *Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro*, v. 12, n. 5, p. 1267-1276, Oct. 2007.

BARROSO, Paula O.; PEDROSO, Janari da S.; CRUZ, Edson Júnior S. da. Redes de apoio social de famílias com crianças acolhidas institucionalmente: estudo de caso múltiplo. *Pensando Famílias, Porto Alegre*, v.22, n.2, dez. 2018.

BERNARDES, Jade W.; MARIN, Angela Helena. Intervenção com educadoras sociais no contexto de acolhimento institucional: relato de experiência. *Revista da SPAGESP, São Paulo*, v.20, n.2, p. 117-130, 2019.

BOTELHO, Adriana P.; MORAES, Mayara Cristina M. B.; LEITE, Ligia C. Violências e riscos psicossociais: narrativas de adolescentes abrigados em unidades de acolhimento do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20, 7-16, 2015.

BRAGA, Luiza L.; DELL'AGLIO, Débora D. Exposição à Violência em Adolescentes de Diferentes Contextos: família e instituições. *Estudos de Psicologia*, 17(3), pp. 413-420, setembro-dezembro/2012.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. Brasília: CNJ, 2020.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONANDA/CNAS). Plano nacional de promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária. Brasília, 2006.

_____. Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, 2009.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

_____. Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2009.

BRITO, Carolina O.; ROSA, Edinete Maria; TRINDADE, Zeidi A. O Processo de Reinserção Familiar sob a Ótica das Equipes Técnicas das Instituições de Acolhimento. Temas em Psicologia, Vol. 22, nº 2, 401-413, 2014.

BUFFA, Carolina G.; TEIXEIRA, Sueli Cristina de P.; ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotilde. Vivências de exclusão em crianças abrigadas. Psicologia: Teoria e Prática, 12, 17-34, 2010.

CALCING, Jordana; BENETTI, Sílvia P. da C. Caracterização da saúde mental em crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Psico, Porto Alegre, PUCRS, v. 45, n. 4, pp. 559-567, out-dez. 2014.

CARINHANHA, Joana I.; PENNA, Lucia Helena G. Violência vivenciada pelas adolescentes acolhidas em instituição de abrigo. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, São Paulo, v.21, n.1, p. 68-76, Jan-Mar. 2012.

CARLOS, Diene Monique; FERRIANI, Maria Das Graças C.; SILVA, Marta Angelica I.; LEITE, Jessica T. Vivências no Espaço Escolar de Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica em Acolhimento Institucional. Cienc Cuid Saude, 10(2):298-305, Abr/Jun. 2011.

CARLOS, Diene Monique; FERRIANI, Maria das Graças C.; SILVA, Marta Angelica I.; ROQUE, Eliana M. de S. T.; VENDRUSCOLO, Telma S. O acolhimento institucional como proteção a adolescentes vítimas de violência doméstica: teoria ou prática?. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v.21, n.2, Mar–Abr. 2013.

CAVALCANTE, Lília Iêda C.; ARAÚJO, Cristina R. de; GOÉS, Érica Luana C.; MAGALHÃES, Celina Maria C. Análise das condições sociofamiliares de crianças em acolhimento institucional: comparando dois momentos. Psicol. Argum., 32(76), pp. 79-92, jan./mar. 2014.

CAVALCANTE, Lília Iêda C.; CORRÊA, Laiane da S. Perfil e trajetória de educadores em instituição de acolhimento infantil. Cadernos de Pesquisa. Vol. 42; N. 146; PP. 494-517; maio-agosto 2012.

CAVALCANTE, Lília Iêda C.; MAGALHÃES, Celina Maria C.; PONTES, Fernando Augusto R. Institucionalização precoce e prolongada de crianças: discutindo aspectos decisivos para o desenvolvimento. Aletheia (Canoas), n. 25, p. 20-34, jun. 2007.

CAVALCANTE, Lília Iêda C.; MAGALHÃES, Celina Maria C.; PONTES, Fernando Augusto R. Processos de saúde e doença

entre crianças institucionalizadas: uma visão ecológica. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14 (2): 615-625, 2009.

CAVALCANTE, Lília Iêda C.; MAGALHÃES, Celina Maria C.; REIS, Daniela C. dos. Análise Comparativa do Perfil de Crianças em Acolhimento Institucional nos Anos de 2004 e 2009. *Psico*, 45, PP. 90-99, 2014.

CAVALCANTE, Lília Iêda C.; SILVA, Simone S. da C.; MAGALHÃES, Celina Maria C. Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. *Revista Mal-estar e subjetividade (Fortaleza)*, vol. X, Nº 4, p. 1147-1172, dez/2010.

CHAVES, Caroline M. P.; LIMA, Francisca Elisângela T.; FERNANDES, Ana Fátima C.; MATIAS, Érica O. M.; ARAÚJO, Patrícia R. Avaliação do preparo e da administração de medicamentos orais às crianças institucionalizadas. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 71, Supl. 3, 2018.

CHAVES, Caroline M. P.; LIMA, Francisca Elisângela T.; MENDONÇA, Larissa B. de A.; CUSTÓDIO, Ires L.; MATIAS, Érica O. Avaliação do crescimento e desenvolvimento de crianças institucionalizadas. *Rev. bras. enferm. (Brasília)*, v. 66, n. 5, p. 668-674, Oct. 2013.

CINTRA, Ana Lúcia; SOUZA, Mériti. Institucionalização de crianças: leituras sobre a produção da exclusão infantil, da instituição de acolhimento e da prática de atendimento. *Revista Mal-Estar e Subjetividade (Fortaleza)*, 10, 809-833, 2010.

CLETO, Mirna; COVOLAN, Nadia; SIGNORELLI, Marcos Claudio. Mulheres-mães em situação de violência doméstica e familiar no contexto do acolhimento institucional de seus (as) filhos(as): o paradoxo da proteção integral. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.28, n.3, p. 157-170, 2019.

COSTA, Nina Rosa do A.; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Acolhimento Familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 111-118, 2009.

CRESTANI, Vanessa; ROCHA, Kátia B. Risco, vulnerabilidade e o confinamento da infância pobre. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v.30, 2018.

CRONEMBERGER, Izabel Herika G. M.; TEIXEIRA, Solange Maria. Trabalho social com famílias nos serviços de acolhimento institucional infanto-juvenil. *Argumentum*, Vitória, v.10, n.1, p. 276-292, jan./abr. 2018.

CRUZ, Edson Junior S. da; DIAS, Greicyani B.; PEDROSO, Janari da S. Estudo do "Ages and Stages Questionnaires" com cuidadores de crianças institucionalizadas. *Psico-USF*, Itatiba, v. 19, n. 3, p. 411-420, Dec. 2014.

DE ANTONI, Clarissa; KOLLER, Sílvia Helena. A visão de família entre as adolescentes que sofreram violência intrafamiliar. *Estudos de Psicologia*, vol. 5, núm. 2, pp. 347-38, jul.-dez. 2000.

DELLAGLIO, Débora D.; HUTZ, Cláudio S. Depressão e desempenho escolar em crianças e adolescentes institucionalizados. *Revista Psicologia: Reflexão e Crítica*, Porto Alegre, v. 3, n.17, p.341-350, Set – Dez/2004.

FERRIANI, Maria das Graças C.; BERTOLUCCI, Aline P.; SILVA, Marta Angélica I. Assistência em saúde às crianças e adolescentes abrigados em Ribeirão Preto, SP. *Revista Brasileira de Enfermagem (Brasília)*, 61, 342-348, 2008.

FIGUEIREDO, Juliana G. de; ARAGÃO, Elizabeth Maria A. Crianças e adolescentes acolhidos: histórias tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas. *Revista Epos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, Jul/Dez, 2013.

FIGUEIREDO, Natalia da S. A Judicialização dos Conflitos nas Instituições de Acolhimento Institucional: breve reflexão sobre as audiências concentradas. *[SYN]THESIS*, Rio de Janeiro, vol.7, nº 1, p.27 – 39, 2014

FIGUEIRÓ, Martha Emanuela S. da S.; CAMPOS, Herculano Ricardo. Abandono e acolhimento institucional: estudo de caso sobre maioridade e desinstitucionalização. *Psicol. Argum. (Cutitiba/PR)*, 31, pp. 113- 125, 2013.

FRANCO, Elen Caroline; LOPES, Andréa C.; LOPES-HERRERA, Simone Aparecida. Linguagem receptiva e expressiva de crianças institucionalizadas. *Revista CEFAC, São Paulo*, v.16, n.6, p.1837-1841, Nov – Dez/2014.

FUKUDA, Cláudia Cristina; PENSO, Maria Aparecida; SANTOS, Benedito R. Configurações sociofamiliares de crianças com múltiplos acolhimentos institucionais. *Arquivos Brasileiros de Psicologia (Rio de Janeiro/RJ)*, 65, pp. 70-87, 2009.

FURLAN, Vinicius; SOUZA, Telma Regina de P. Exclusão / Inclusão Social: políticas públicas de acolhimento institucional dirigidas à infância e juventude. *Diálogo, Canoas*, n. 23, p. 35-48, ago. 2013.

_____. Família, Acolhimento Institucional e Políticas Públicas: um estudo de caso. *Psicologia Política*, vol. 14, nº 31, pp. 499-516, set. – dez. 2014.

GABATZ, Ruth I. B.; PADOIN, Stela Maris de M.; NEVES, Eliane T.; TERRA, Marlene G. Fatores relacionados à institucionalização: perspectivas de crianças vítimas de violência intrafamiliar. *Rev. Gaúcha Enferm. (Porto Alegre/RS)*, 31, 670-677, 2010.

GABATZ, Ruth I. B.; SCHWARTZ, Eda; MILBRATH, Viviane M. Experiências de cuidado da criança institucionalizada: o lado oculto do trabalho. *Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre*, v.40, 2019.

GABATZ, Ruth I. B.; SCHWARTZI, Eda; MILBRATHI, Viviane M.; CARVALHO, Hudson Cristiano W. de; LANGEI, Celmira; SOARES, Marilu C. Formação e rompimento de vínculos entre cuidadores e crianças institucionalizadas. *Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília*, v.71, supl. 6, p.2808-2026, 2018.

GALHEIGO, Sandra Maria. O Abrigo para Crianças e Adolescentes: considerações acerca do papel do terapeuta ocupacional. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v. 14, n. 2, p. 85-94, maio/ago. 2003.

GALHEIGO, Sandra Maria; LUVIZARO, Nathália A. Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo (São Paulo/SP)*, 22, 191-199, 2011.

GIACOMELLO, Karina J.; MELO, Luciana de L. Do Faz de Conta à Realidade: compreendendo o brincar de crianças institucionalizadas vítimas de violência por meio do brinquedo terapêutico. *Ciência & Saúde Coletiva* 16 (Supl. 1): 1571-1580, 2011.

GOLIN, Gabriela; BENETTI, Silvia P. da C. Acolhimento precoce e o vínculo na institucionalização. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília*, v. 29, n.3, p. 241 – 248, Set/2013.

GOLIN, Gabriela; BENETTI, Sílvia P. da C.; DONELLI, Tagma Marina S. Um estudo sobre o acolhimento precoce inspirado no método Bick. *Revista Psicologia em estudo, Maringá*, v.16, n.4, p.561-569, OutDez/2011.

GUEDES, Carina F.; SCARCELLI, Ianni R. Acolhimento Institucional na Assistência à Infância: o cotidiano em questão, *Psicologia & Sociedade*, 26, 58-67, 2014.

HEUMANN, Sabine; CAVALCANTE, Lilia lêda C. Rotinas de crianças e adolescentes em acolhimento institucional: estudo descritivo. *Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro*, v.70, n.2, p. 22-37, 2018.

IANNELLI, Andrea M.; ASSIS, Simone G.; PINTO, Liana W. Reintegração familiar de crianças e adolescentes em acolhimento institucional em municípios brasileiros de diferentes portes populacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(1):39-48, 2015.

- KAPPLE, Stella R.; MENDES, Deise Maria L. F. Trocas afetivas de crianças em acolhimento institucional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, v.39, p.1- 13, 2019.
- LAUZ, Gianni Vanessa M.; BORGES, Jeane L. Concepção de Família por Parte de Crianças em Situação de Acolhimento Institucional e por Parte de Profissionais. *Psicologia: ciência e profissão*, 33 (4), 852- 867, 2013.
- LEMOS, Isabela Cristina; SILVA, Roselaine Berenice F. da. Cuidado de crianças em acolhimento institucional: relações afetivas e dimensão temporal. *PSI UNISC*, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 1, p. 173-191, Jan-Jun. 2019.
- LEMOS, Suziani de Cássia A.; GEHELE, Hanna Hellena L.; ANDRADE, Janete V. de. Os vínculos afetivos no contexto de acolhimento institucional: um estudo de campo. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 33, pp. 1-10, Jun/2017.
- LIMA, Rodrigo S. O mistério do orçamento dos abrigos no Rio de Janeiro. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 14, n. 1, p. 186 - 201, jan./jun. 2015.
- LIMA, Suzana C. da C. O trabalho do cuidado: uma análise psicodinâmica. *Rev. Psicol., Organ. Trab.*, vol. 12 num. 2, pp. 203-216, maio-ago 2012.
- MAGALHÃES, Celina Maria C.; COSTA, Lígia N.; CAVALCANTI, Lília lêda C. Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. *Rev Bras Crescimento Desenvolvimento Hum.*, 21(3): 818-83, 2011
- MARQUES, Cecília de C.; CZERMAK, Rejane. O olhar da psicologia no abrigo: uma cartografia. *Revista Psicologia e Sociedade*, São Leopoldo, v.20, n.3, p.360-366, 2008.
- MARTELLET, Eloísa C.; SIQUEIRA, Aline C. Apego e adolescência institucionalizada: estudo de caso. *Psicol. Argum.* 32(77), pp. 63-73, abr./jun. 2014.
- MARTINEZ, Ana Laura M.; SOARES-SILVA, Ana Paula. O momento da saída do abrigo por causa da maioridade: a voz dos adolescentes. *Psicologia em Revista (Belo Horizonte)*, 14, 113-132, 2008.
- MARTINS, Edna; SZYMANSKI, Heloisa. Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. *Revista Estudos de Psicologia*, Natal, v. 9, n. 1, pp. 1771-1787, 2004
- MASCARENHAS, Silvia Helena Z.; DUPAS, Giselle. Conhecendo a experiência de crianças institucionalizadas. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 413 - 419, Dez/2001.
- MASTROIANNI, Fábio de C.; STURION, Fernanda Roberta; BATISTA, Flávia dos S.; AMARO, Karen Cristina; RUIIM, Talita B. (Des)acolhimento institucional de crianças e adolescentes: aspectos familiares associados. *Fractal: Revista de Psicologia*, Niterói, v.30, n.2, p. 223-233, 2018.
- MEDEIROS, Blenda Carine D. de; MARTINS, João B. O estabelecimento de vínculos entre cuidadores e crianças no contexto das instituições de acolhimento: um estudo teórico. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília, 38(1), p. 74- 87, Mar. 2018.
- MIRANDA, Geralda Luiza de. Serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes: feedback effects, inflexões e desafios atuais. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 51, n.2, p. 201 – 218, Mar/2017.
- MIURA, Paula O.; TARDIVO, Leila S. de La P. C.; BARRIENTOS, Dora Mariela S. O desamparo vivenciado por mães adolescentes e adolescentes grávidas acolhidas institucionalmente. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.23, n.5, 2018.

MORAES, Leila M. P.; BRAGA, Violante Augusta B. Adolescentes institucionalizados e sua relação com as drogas: uma abordagem de inspiração sociopoética. Rev. RENE. Fortaleza, v. 5, n. 2, p. 57-65, jul./dez.2004.

MORÉ, Carmen Leontina O. O.; SPERANCETTA, Andressa. Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. Psicologia & Sociedade, 22, 519-528, 2010.

MOREIRA, Maria Ignez C. Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. Psicologia & Sociedade, 26(n. spe. 2), 28-37, 2014.

MOREIRA, Maria Inez C.; BEDRAN, Paula Maria; CARELLOS, Soraia D. M. S.; PASSOS, Ana Paula C. P. As famílias e as crianças acolhidas: histórias mal contadas. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 59-73, abr. 2013.

MOURA, Gabriella G.; AMORIM, Kátia S. A (In)Visibilidade dos Bebês na Discussão sobre Acolhimento Institucional. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 18, n. 2, p. 235-245, abr./jun. 2013.

NASCIMENTO, Maria Livia. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. Psicologia & Sociedade, 24, pp. 39-44, 2012.

OLIVEIRA, Adriano de; VICENTI, Maria Cristina G.; MASSARI, Marina G. Entre medicalização e recusas: crianças e adolescentes nos circuitos socioassistenciais-sanitários. Rev. Polis e Psique, Porto Alegre, v.8, n.3, p. 225 – 245, 2018.

OLIVEIRA, Ana Paula G. de; MILNITSKY-SAPIRO, Clary. Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriedade, 4, 622-635, 2007.

OLIVEIRA, Shimênia V. de; ROCHNO, Caio César S. C. A vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera de adoção. Revista Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v.30, n.1, p.62-84, 2010.

OMIZZOLLO, Poliana; SILVA, Milena da Rosa. O olhar do agente educador sobre a constituição psíquica de crianças acolhidas. Revista Subjetividades, Fortaleza, v.18, n.2, p. 105-116, ago. 2018.

ORIONTE, Ivana; SOUSA, Sônia Margarida G. O significado do abandono para crianças institucionalizadas. Psicologia em Revista (Belo Horizonte), 11, 29-46, 2005.

PAIVA, Ilana L. de; MOREIRA, Tabita A. S.; LIMA, Amanda de M. Acolhimento institucional: famílias de origem e a reinstitucionalização. Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, v.10, n.2, p. 1405- 1429, Abr- Jun. 2019.

PATIAS, Naiana D.; SIQUEIRA, Aline C.; DELL'AGLIO, Débora D. Imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias. Revista Psicologia & Sociedade, Porto Alegre, v. 29, p. 1 – 11, Mar/2017.

PENNA, Lucia Helena G.; CARINHANHA, Joana I.; MARTINS, Vilma V.; FERNANDES, Gleice da S. A maternidade no contexto de abrigamento: concepções das adolescentes abrigadas. Revista Escola de Enfermagem da USP, São Paulo, v.46, n.3, p. 544-548, Junho 2012A.

PENNA, Lucia Helena G.; FERNANDES, Ravini dos S.; GUEDES, Cláudia R.; SANTOS, Úrsula P. P. dos; FERNANDES, Gleice da S.; SOARES, Beatriz Y. Concepção de profissionais de unidades de acolhimento sobre a maternidade em adolescentes abrigadas. Revista Rene, Ceará; 13(1), p. 44-52, jan-fev/2012B.

POKER, Thalita Catarina D. Políticas de identidade no sistema de acolhimento a crianças: uma história de vida de uma pós abrigada. Revista Psicologia e Sociedade, São Paulo, v. 29, p.1-9, 2017.

- PRADA, Cynthia G.; WILLIAMS, Lúcia C. de A.; WEBER, Lídia Natália D. Abrigos para crianças vítimas de violência doméstica: funcionamento relatado pelas crianças e pelos dirigentes. *Psicologia: Teoria e Prática*, 9, pp. 14-25, 2007.
- RICARDO, Raquel Samara de M.; LAVORATTI, Cleide. Um estudo sobre a família contemporânea a partir da realidade das adolescentes abrigadas na casa Santa Luiza de Marillac. *Emancipação*, 7(1): 243-265, 2007.
- ROCHA, Patricia J.; ARPINI, Dorian Mônica; SAVEGNAGO, Sabrina Dal O. Acolhimento Institucional: percepções de familiares que o vivenciaram. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*; Rio de Janeiro, 67 (1): 99-114, 2015.
- RODRIGUES, Anelise L.; GAVA, Lara L.; SARRIERA, Jorge C.; DELL'AGLIO, Débora D. Percepção de preconceito e autoestima entre adolescentes em contexto familiar e em situação de acolhimento institucional. *Estud. pesqui. psicol. (Rio de Janeiro)*, v. 14, n. 2, p. 389-407, 2014.
- ROSA, Edinete Maria; NASCIMENTO, Célia Regina R.; MATOS, Jallana R.; SANTOS, Jamile R. dos. O Processo de Desligamento de Adolescentes em Acolhimento Institucional. *Estudos de Psicologia*, 17(3), 361- 368, setembro-dezembro/2012.
- ROSA, Edinete Maria; SANTOS, Ana Paula dos; MELO, Carla R. da S.; SOUZA, Mônica R. de. Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças. *Estudos de Psicologia*, 15(3), 233-241, setembro-dezembro/2010.
- ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde; ALMEIDA, Ivy G. de; COSTA, Nina Rosa do A.; GUIMARÃES, Lilian de A.; MARIANO, Fernanda Neisa M.; TEIXEIRA, Sueli Cristina de P.; SERRANO, Solange Aparecida. Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25 (2), 390-399, 2012.
- SALINA-BRANDÃO, Alessandra; WILLIAMS, Lúcia C. de A. O Abrigo como Fator de Risco ou Proteção: avaliação institucional e indicadores de qualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(3), 334-343, 2008.
- SALOMÃO, Paloma R.; WEGNER, Wiliam; CANABARRO, Simone T. Crianças e adolescentes abrigados vítimas de violência: dilemas e perspectivas da enfermagem. *Rev Rene.*, 15(3):391-401, maio-jun 2014.
- SANTANA, Juliana P.; AVANZO, Janaina R. Infância e Direitos: o uso de metodologias participativas em contexto de acolhimento institucional. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, 14(2): 306-318, agosto 2014.
- SANTOS, Priscila C. dos, VARGAS, Marlizete M.; MELO, Cláudia M. de. Caracterização dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no território da Grande Aracaju, Sergipe, Brasil. *Revista Acta Scientiarum*, Maringá, v.40, n.e2 p. 1-9. 2018.
- SILVA, Alcione L. da; VOGEL, Cristina; VIRGÍLIO, Mirela S. Significados de cuidado para crianças e adolescentes vítimas da violência doméstica. *R. Bras. Enferm.*, Brasília, v. 54, n.1, p. 48-62, jan./mar. 2001.
- SILVA, Milena L.; ARPINI, Dorian Mônica. O Impacto da Nova Lei Nacional de Adoção no Acolhimento Institucional: o ponto de vista de psicólogos e assistentes sociais que integram as equipes técnicas. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 422-440, dez. 2013.
- SIQUEIRA, Aline C.; DELL'AGLIO, Débora D. Crianças e Adolescentes Institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, Vol. 26, n. 3, pp. 407-415, Jul-Set 2010
- SIQUEIRA, Aline C.; MASSIGNAN, Lucianna T.; DELL'AGLIO, Débora D. Reinserção familiar de adolescentes: processos mal-sucedidos. *Revista Paidéia*, Ribeirão Preto, v.21, n.50, p. 383-391, 2011.

SIQUEIRA, Aline C.; SCOTT, Juliano B.; SCHMITT, Fabiana M. Reinscrição familiar de crianças e adolescentes acolhidos: atuação do psicólogo em três estados brasileiros. *Psicologia em Estudo*, v.24, Maringá, 2019.

SIQUEIRA, Aline C.; TUBINO, Carmela de L.; SCHWARZ, Cristina; DELL'AGLIO, Débora D. Percepção das figuras parentais na rede de apoio de crianças e adolescentes institucionalizados. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 61, n.1, p.176-190, 2009.

SIQUEIRA, Aline C.; ZOLTOWSKI, Ana Paula; GIORDANI, Jaqueline P.; OTERO, Taís M.; DELL'AGLIO, Débora D. Processo de reinscrição familiar: estudo de casos de adolescentes que viveram em instituição de abrigo. *Estudos de Psicologia*, 15, 07-15, 2010.

SOUZA, Fernanda Hermínia O.; BRITO, Leila Maria T. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju, 27, 41-57, 2015.

SOUZA, Michele Maria B. da P.; CARDOSO, Luís Fernando. Abrigo de Menores ao Acolhimento Institucional: uma Trajetória de Normalização. *Revista Mediações*, Londrina, v. 24 n .1, p .284-305, Jan-abr. 2019.

TINOCO, Valéria; FRANCO, Maria Helena P. O luto em instituições de abrigamento de crianças. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 28(4), 427-434, outubro - dezembro 2011.

TOMÁS, Débora N.; VECTORE, Celia. Perfil mediacional de mães sociais que atuam em instituições de acolhimento. *Psicologia: ciência e profissão*, 32 (3), 576-587, 2012.

UZIEL, Anna Paula; BERZINS, Felix Augusto J. Adolescências, autonomia e direitos sexuais: fragmentos de histórias de meninas abrigadas. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, vol. 24, n.1, p. 105 – 115, 2012.

VASCONCELOS, Queila A.; YUNES, Maria Angela M.; GARCIA, Narjara M. Um estudo ecológico sobre as interações da família com o abrigo. *Paideia*, 19(43), 221-229, 2009.

VECTORE, Célia; CARVALHO, Cíntia. Um olhar sobre o abrigamento: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRapee)*, Volume 12, Número 2, pp. 441-449, Julho/Dezembro de 2008.

WATHIER, Josiane L.; DELL'AGLIO, Débora D. Sintomas depressivos e eventos estressores em crianças e adolescentes no contexto de institucionalização. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 29, 305-314, 2007.

WENDHAUSEN, Agueda; PEREIRA, Fernanda; JOHNSON, Guillermo Alfredo. Os Desafios Cotidianos dos Trabalhadores em um Abrigo para Crianças e Adolescentes. *Emancipação*, Ponta Grossa, 11(2): 189-201, 2011.

WENDT, Bruna; DULLIUS, Luana; DELL'AGLIO, Débora D. Imagens Sociais sobre Jovens em Acolhimento Institucional. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasília. v.37, nº 2, p. 529 – 541, Jun/2017.

ZAPP, Jana G.; PATIAS, Naiana D.; PATRÍCIO, Joana N.; CALHEIROS, Maria Manuela; GARRIDO, Margarida V.; LOPES, Diniz; DELL'AGLIO, Débora D. Imagens sociais de famílias com filhos em acolhimento e em contexto familiar: um estudo entre Brasil e Portugal. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p. 181-204, Dez. 2017.

Sobre as autoras

Renata Mena Brasil do Couto é pesquisadora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE).

Irene Rizzini é professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Departamento de Serviço Social, e diretora do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio). Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ) e mestre em Serviço Social (School of Social Service Administration/Public Policy) pela Universidade de Chicago, EUA.



Para mais informações consulte os editores desta série:

www.ciespi.org.br

Irene Rizzini

Diretora presidente do CIESPI/PUC-Rio e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

(irizzini.pucRio.ciespi@gmail.com)

Maria Cristina Bó

Coordenadora executiva do CIESPI/PUC-Rio.

(mcrisbociespi@gmail.com)

Malcolm Bush

Pesquisador e consultor do CIESPI/PUC-Rio e pesquisador do Center of Research and Learning at Loyola University of Chicago.

(mbushciespi@gmail.com)



em convênio com **PUC**
RIO

